



PARTICIPAÇÃO ALÉM DO VOTO: REPERTÓRIOS POLÍTICOS E DESIGUALDADE NA DEMOCRACIA BRASILEIRA

Gisele Rodrigues Veneri¹, Éder Rodrigo Gimenes²

¹Mestranda em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Maringá (UEM), giseleveneri@gmail.com

²Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), docente dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Mestrado/Doutorado Acadêmico) e em Políticas Públicas (Mestrado Profissional) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), docente e bolsista pesquisador do Centro Universitário Cidade Verde (UniCV). Coordenador do Laboratório de Estudos Políticos sobre LGBTI+ (LEP LGBTI+/UEM), pesquisador do Núcleo de Pesquisas em Participação Política (Nuppol/UEM) e do INCT "Representação e Legitimidade Democrática" (REDEM/CNPq). ergimenes@uem.br

RESUMO

O presente artigo discute as múltiplas formas de participação política no Brasil contemporâneo, com ênfase nos repertórios de ação desenvolvidos por sujeitos historicamente marginalizados. A partir de uma abordagem qualitativa e teórica, fundamentada em revisão bibliográfica, propõe-se uma ampliação do conceito de comportamento político, superando a centralidade das formas institucionais tradicionais, como o voto e a filiação partidária. Ao considerar práticas simbólicas, afetivas e cotidianas — muitas vezes expressas em espaços como igrejas, redes sociais, associações de bairro e coletivos culturais —, o trabalho busca evidenciar que a política é vivida de maneiras diversas, atravessadas por marcadores como classe, raça, gênero, religião e território. Com base em autores como Borba, Cunha, Rocha, Moisés e Messenberg, o artigo argumenta que compreender a democracia brasileira requer sensibilidade para reconhecer essas formas plurais de engajamento. Ao valorizar os repertórios que emergem fora dos canais institucionais, o estudo contribui para uma leitura mais complexa e inclusiva da participação política, essencial em contextos marcados pela crise de representação e pela desigualdade social.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento político; Democracia; Desigualdade; Participação; Repertórios de ação.

1 INTRODUÇÃO

As democracias contemporâneas têm sido atravessadas por transformações profundas nas formas de participação política e nos modos de relação entre os cidadãos e as instituições representativas. No Brasil, esse processo se intensificou nas últimas décadas, impulsionado por crises institucionais, aumento da polarização ideológica, desconfiança generalizada nas elites políticas e emergência de novos sujeitos e repertórios de ação política. Nesse cenário, torna-se fundamental ampliar o olhar sobre o comportamento político, superando a ênfase exclusiva nos mecanismos institucionais, como o voto ou a filiação partidária, e reconhecendo as múltiplas formas de engajamento que emergem no cotidiano social.

O debate sobre participação política no campo das Ciências Sociais tem se expandido para além das abordagens tradicionais centradas no comportamento eleitoral. Diversos estudos têm apontado para a importância de compreender os sentidos atribuídos à política pelos sujeitos, seus afetos, vínculos comunitários, práticas culturais e dinâmicas de sociabilidade que influenciam sua atuação no espaço público (Borba, 2005; Borba; Gimenes; Ribeiro, 2015). Essa ampliação teórica e metodológica busca dar visibilidade a formas de participação muitas vezes invisibilizadas ou deslegitimadas pelas análises convencionais, especialmente quando protagonizadas por grupos historicamente marginalizados — como mulheres, negros, populações periféricas e comunidades religiosas populares.

Nesse contexto, o conceito de repertórios de ação política torna-se uma ferramenta analítica central. Proposto inicialmente por Barnes e Kaase (1979 *apud* Borba, 2012), e reelaborado por diversos autores, esse conceito permite compreender que a participação



política não é homogênea, mas moldada por recursos, motivações, trajetórias e oportunidades contextuais. Ao reconhecer práticas que vão desde protestos e boicotes até ações comunitárias, produção de conteúdo digital e manifestações simbólicas, o conceito de repertório de ação evidencia a diversidade das estratégias de engajamento político no Brasil contemporâneo.

A partir dessa perspectiva ampliada, a presente reflexão se propõe a discutir como se configuram as formas de participação política no Brasil atual, com foco especial nas expressões cotidianas, afetivas e culturais do engajamento cívico. Parte-se da compreensão de que a política não se limita aos espaços institucionais formais, mas se manifesta em múltiplas arenas — como igrejas, redes sociais, coletivos culturais e comunidades locais — onde sujeitos constroem sentido sobre sua presença (ou ausência) no espaço público (Cunha, 2018; Rocha, 2021).

O artigo está ancorado em uma revisão bibliográfica crítica, com o objetivo de articular diferentes contribuições teóricas que tratam do comportamento político em sociedades desiguais. Busca-se, com isso, iluminar as tensões entre os modelos normativos de democracia e as práticas efetivas de participação, revelando como diferentes grupos sociais constroem e exercem sua cidadania. Ao reconhecer essas formas plurais de agir politicamente, o trabalho propõe uma leitura mais sensível e complexa da democracia brasileira, que não se restringe ao voto, mas se realiza — e se tensiona — nos gestos, silêncios, escolhas e resistências cotidianas.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo baseia-se em uma abordagem qualitativa de cunho teórico, centrada na análise crítica da literatura acadêmica sobre comportamento político, participação democrática e repertórios de ação no contexto brasileiro contemporâneo. A proposta metodológica não envolve a aplicação de instrumentos empíricos de coleta de dados, como questionários ou entrevistas, mas sim a sistematização e interpretação de produções científicas relevantes que tratam das transformações na relação entre os cidadãos e a política institucional.

A partir de um levantamento bibliográfico direcionado, foram selecionadas obras e artigos que contribuem para a compreensão das dinâmicas recentes de participação política no Brasil, com ênfase nos estudos que abordam a dimensão simbólica, afetiva e cotidiana da ação política. Entre os principais autores mobilizados estão Borba (2005; 2012), Borba, Gimenes e Ribeiro (2015), Cunha (2018), Rocha (2021), além de contribuições clássicas como Almond e Verba (1989 apud Borba, 2012) e Barnes e Kaase (1979, apud Borba, 2012).

O referencial teórico foi construído de forma cumulativa, a partir da identificação de categorias analíticas recorrentes nos estudos sobre cultura política, desigualdade na participação e novas formas de engajamento político, com especial atenção às práticas de grupos historicamente marginalizados. O objetivo foi articular essas contribuições em uma perspectiva interpretativa que permita ampliar o entendimento sobre o comportamento político para além das formas institucionais tradicionais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A democracia, embora consolidada enquanto regime político em diversos países, enfrenta atualmente uma série de tensões que desafiam suas bases institucionais e culturais. No Brasil, esse processo se intensificou nas últimas décadas, especialmente diante da emergência de discursos autoritários, da polarização ideológica e da crescente desconfiança das instituições.



A crise da democracia, no entanto, não pode ser compreendida apenas por suas manifestações conjunturais. Ela exige uma investigação mais profunda dos vínculos entre os cidadãos e o sistema político, isto é, dos modos como os indivíduos compreendem, interpretam e se engajam com a política no cotidiano. Comportamento político, nesse sentido, não é apenas o ato de votar ou de expressar preferências partidárias; é também o conjunto de atitudes, valores, percepções e práticas sociais que informam o modo como as pessoas se posicionam diante da vida pública (Borba, 2005; Borba, Gimenes e Ribeiro, 2015).

Estudos sobre comportamento político ganharam destaque nas Ciências Sociais por sua capacidade de revelar como se articulam subjetividades, estruturas sociais e experiências históricas no processo de formação de atitudes e práticas políticas. Esse campo de investigação tem se ampliado para além das abordagens clássicas do comportamento eleitoral, incorporando questões culturais, simbólicas e afetivas que atravessam a relação dos cidadãos com a política.

No caso brasileiro, essa ampliação é ainda mais necessária diante das múltiplas desigualdades e das distintas formas de socialização política, que afetam diretamente como os indivíduos percebem o Estado, os partidos, as eleições e a democracia. Compreender o comportamento político, portanto, é também compreender o modo como diferentes sujeitos vivenciam a cidadania e se reconhecem — ou não — como participantes legítimos do espaço público (Borba, 2005).

A ampliação do conceito de comportamento político implica também deslocar o foco da análise da ação apenas institucionalizada — como o voto ou a filiação partidária — para abarcar formas diversas de engajamento e expressão política. Isso inclui desde as conversas cotidianas sobre política, até manifestações simbólicas, consumo cultural, participação em redes sociais, boicotes e outras práticas não convencionais (Borba, Ribeiro e Gimenes, 2015).

Ao integrar esse conjunto mais amplo de ações, o campo do comportamento político torna-se sensível às dinâmicas sociais que influenciam o modo como diferentes grupos se apropriam da política. Tal perspectiva permite observar, por exemplo, como gênero, classe, religião e raça moldam o engajamento político e as possibilidades de acesso a espaços de decisão. No Brasil, as intersecções entre desigualdade social e representação política revelam que nem todos os sujeitos possuem as mesmas condições para exercer a cidadania de maneira plena (Silva, 2017).

Para Borba (2005), compreender o comportamento político a partir dessa chave interpretativa exige reconhecer que a política não é neutra nem vivida da mesma maneira por todos os grupos sociais. A experiência política é marcada por trajetórias históricas, afetos, vínculos comunitários e percepções de pertencimento. O que para uns representa uma oportunidade de expressão, para outros pode significar risco, exclusão ou invisibilidade. No caso brasileiro, a participação política de mulheres, LGBTQIA+, pessoas negras, indígenas e de religiões de matriz africana continua sendo atravessada por barreiras simbólicas e institucionais. Portanto, a ampliação do conceito de comportamento político deve considerar também essas desigualdades estruturais, sob pena de invisibilizar práticas e sujeitos que escapam das categorias tradicionais de análise.

Compreender o comportamento político dos brasileiros exige, portanto, sensibilidade para enxergar além das estatísticas eleitorais e dos dados de comparecimento às urnas. É preciso reconhecer que, para muitos sujeitos, especialmente os historicamente marginalizados, a política não se dá apenas nos espaços formais, como partidos ou câmaras legislativas, mas nas práticas do cotidiano. Mulheres negras, jovens da periferia, grupos religiosos e trabalhadores informais têm reinventado formas de se engajar politicamente. Suas experiências acumuladas, suas redes de apoio e seus modos próprios de resistir, revelam uma democracia que se constrói na base, entre afetos, desafios e



estratégias. Ignorar essas expressões significa deixar de compreender uma parte fundamental da dinâmica democrática no Brasil. (Borba, Gimenes e Ribeiro, 2015; Ribeiro, 2008, Cabral, Almeida e Haag, 2023).

Neste sentido, tem-se que o comportamento político, como campo de estudo, não pode ser entendido apenas a partir de suas manifestações institucionais, como o voto ou a filiação partidária. A pesquisa empírica e os avanços teóricos têm mostrado que ele é atravessado por variadas dimensões, que vão desde os sistemas de crenças e valores até os modos cotidianos de sociabilidade e percepção da política. Essa abordagem multidimensional permite compreender que a política é também vivida em espaços como igrejas, grupos de WhatsApp, sindicatos, associações de bairro e até mesmo no silêncio e na recusa ativa à participação convencional. Trata-se de uma ampliação do foco analítico que considera tanto as formas tradicionais quanto aquelas muitas vezes invisibilizadas, marginalizadas ou consideradas pouco legítimas de participação (Ribeiro, Gimenes e Borba, 2015).

Ampliar o entendimento sobre comportamento político é também olhar para os espaços onde a política acontece de maneira menos óbvia, mas nem por isso menos intensa. Nos últimos anos, especialmente no Brasil, grande parte do engajamento político passou a ocorrer em ambientes digitais, onde sentimentos, opiniões e posicionamentos são expressos com força e velocidade. Como mostra Alfaro (2025), as redes sociais deixaram de ser apenas ferramentas de informação e se tornaram verdadeiros campos de batalha simbólica, onde crenças são reforçadas, adversários são desumanizados e disputas ideológicas ganham contornos pessoais.

Nesse cenário, participar politicamente não significa apenas votar ou frequentar reuniões; a participação também se desenha nas pequenas ações do cotidiano, nas conversas entre vizinhos, nas escolhas feitas em comunidades religiosas ou mesmo em como as pessoas se posicionam nas redes sociais. Muitas vezes, esses gestos não são percebidos como “políticos” no sentido clássico, mas expressam posicionamentos, valores e disputas por reconhecimento. (Borba, 2005; Moisés, 2010; Cunha, 2018)

Para Cunha (2018), embora a política costume ser associada a instituições formais e grandes arenas públicas, ela também se manifesta em dinâmicas mais sutis e situadas no cotidiano, especialmente entre sujeitos historicamente marginalizados. No Brasil, mulheres, pessoas negras, moradores das periferias urbanas e grupos religiosos populares nem sempre acessam os canais tradicionais de participação, mas isso não significa ausência de engajamento. Pelo contrário: essas populações frequentemente criam repertórios próprios de ação política, que emergem da experiência direta com a desigualdade, a exclusão e a violência simbólica. Seja por meio da atuação em comunidades de fé, de práticas culturais coletivas ou da construção de redes de solidariedade, esses sujeitos ressignificam o político, ampliando seus sentidos e formas de exercício (Messemerberg, 2017; Cunha, 2018).

Para Camila Rocha (2021), compreender a política contemporânea exige atenção ao modo como diferentes grupos sociais produzem sentido sobre o mundo, articulando ideias políticas com valores morais, religiosos e culturais. No Brasil, esse entrelaçamento se manifesta, por exemplo, na atuação de segmentos religiosos que mobilizam suas crenças para intervir na esfera pública, muitas vezes fora dos canais tradicionais de representação. Essas expressões políticas não se restringem ao voto ou à filiação partidária: elas emergem nas escolhas de consumo, nas redes de apoio comunitário e até mesmo nos discursos que circulam em templos e redes sociais. Essa multiplicidade de repertórios de ação política revela que, mais do que uma ausência, há um deslocamento — do centro para as margens, do formal para o informal, do institucional para o cotidiano. É nessa zona difusa que a política se reinventa, ganhando formas tão variadas quanto os sujeitos que a protagonizam (Rocha, 2021; Cabral, Almeida e Haag, 2023).



Além disso, quando se observa o comportamento político de grupos historicamente marginalizados, como mulheres, negros e moradores das periferias, torna-se evidente que os repertórios de ação frequentemente se constroem em torno das próprias experiências de desigualdade. Como aponta Cunha (2018), entre os evangélicos de periferia, por exemplo, há uma política do cotidiano que se expressa na solidariedade, nas redes de cuidado e nos discursos sobre moralidade e justiça, muitas vezes ausentes nas pautas institucionais. Essas formas de engajamento, apesar de não seguirem os moldes clássicos da participação política, são profundamente relevantes para compreender como a democracia se concretiza — ou se esvazia — no dia a dia das pessoas comuns. Ao reconhecer essas expressões, amplia-se o entendimento sobre quem participa da política e de que maneira o faz, revelando os limites das análises que se atêm apenas aos meios formais e visíveis de engajamento.

Para José Álvaro Moisés (2010), a crise de confiança nas instituições públicas no Brasil impacta diretamente a maneira como os cidadãos se engajam politicamente. Quando as pessoas percebem que suas demandas não são acolhidas por partidos, parlamentos ou governos, há uma tendência ao afastamento dos canais formais de participação. No entanto, esse afastamento não significa desinteresse ou apatia absoluta, mas muitas vezes leva à criação de novas formas de ação política, mais ligadas ao território, à identidade ou ao vínculo comunitário. Trata-se de uma participação que nasce da frustração e do sentimento de abandono, mas que se transforma em busca de reconhecimento e visibilidade. Assim, mesmo diante da desilusão com a política tradicional, os indivíduos continuam agindo, mobilizando afetos e redes sociais em defesa de causas que consideram legítimas — ainda que essas causas não encontrem eco nos espaços institucionais (Moisés, 2010; Borba, Gimenes e Ribeiro, 2015).

A política nem sempre acontece onde se espera. Às vezes, ela brota nos lugares mais cotidianos — numa conversa informal na igreja, numa fala do pastor, num gesto de apoio entre irmãos de fé. Nessas interações, valores são reforçados, medos compartilhados, esperanças alimentadas. É por isso que espaços religiosos têm ganhado importância como pontos de articulação política. Christina Vital da Cunha (2018) mostra como esses ambientes são capazes de formar sentimentos públicos, transformando questões morais em decisões políticas. Foi o que se viu nas eleições de 2018, quando a fé deixou de ser apenas uma crença privada e passou a ser também um motor público de engajamento, fazendo com que o voto fosse uma extensão das convicções religiosas.

Mas esse movimento não surgiu do nada. Ele faz parte de uma reorganização mais ampla da participação política no Brasil. Nos últimos anos, uma nova direita passou a se expressar com mais força, ocupando redes sociais, igrejas e espaços de convivência. Débora Messenberg (2017) analisa essa nova configuração a partir da ideia de cosmovisão, ou seja, uma maneira de ver o mundo que valoriza a moral tradicional, a disciplina e a autoridade. Mais do que um programa político, trata-se de uma forma de viver e interpretar a realidade. Nessa perspectiva, participar da política não é só ir às urnas ou debater em fóruns institucionais, mas também afirmar um modo de ser, de crer e de se posicionar diante do outro. É nesse terreno, onde crença, afeto e identidade se misturam, que se dá boa parte do engajamento político contemporâneo.

Esse cenário revela que, mais do que uma escolha racional entre propostas políticas, o engajamento político reflete o modo como os indivíduos percebem, sentem e interpretam a realidade que os cerca. Para muitos brasileiros, especialmente aqueles inseridos em contextos de exclusão social ou cultural, a política não está dissociada da vivência cotidiana — ela se manifesta nos afetos, nos vínculos de pertencimento, nas práticas coletivas de resistência e afirmação. Como destacam Gabriel Almond e Sidney Verba (1989), a cultura política influencia diretamente as atitudes dos cidadãos frente ao sistema político, moldando suas expectativas, suas ações e até o que consideram ser “político” ou não. (Borba, 2005).



Por isso, compreender o comportamento político no Brasil exige mais do que observar tendências eleitorais ou preferências partidárias. É preciso escutar os sentidos que os sujeitos atribuem à política, seus silêncios, suas indignações, suas escolhas. O que motiva alguém a participar — ou não — de um movimento, de uma votação, de um debate? Quais experiências sociais, afetivas e simbólicas estão por trás dessas decisões? Essas perguntas são centrais para repensar a democracia em tempos de desconfiança institucional, radicalização e disputas identitárias.

Se, por um lado as formas institucionais de participação seguem sendo centrais na dinâmica democrática, por outro, elas não esgotam o repertório de ações políticas disponíveis aos cidadãos. Muitas pessoas têm encontrado outras maneiras de se expressar politicamente: organizando mutirões em seus bairros, participando de grupos em defesa de direitos, criando conteúdo nas redes sociais ou levantando a voz em pautas ligadas à identidade e à justiça social. São ações que nem sempre passam pelos caminhos tradicionais da política, mas demonstram uma forte disposição para se envolver e transformar a realidade. Essas práticas ganham ainda mais força entre aqueles que, por tanto tempo, foram excluídos das instâncias de poder — e mostram que, mesmo sem ocupar os grandes palcos, há muitas formas de fazer política todos os dias (Cunha, 2018; Cabral, Almeida e Haag, 2023).

Esse deslocamento das formas tradicionais de participação política para práticas cotidianas e afetivas revela algo fundamental: a política está cada vez mais presente nas escolhas ordinárias das pessoas, mesmo quando não se reconhecem como “politizadas”. Isso é particularmente visível entre os grupos que historicamente foram invisibilizados no debate público (Moises, 2010; Nogueira, 2022).

Ainda que muitas dessas práticas não se encaixem nas categorias clássicas da Ciência Política, ignorá-las seria restringir a compreensão da própria democracia. Quando cidadãos se engajam por meio de expressões culturais, rituais religiosos ou mesmo pelo humor e ironia nas redes sociais, estão exercendo uma forma legítima de participação. Essas manifestações, frequentemente marcadas por experiências coletivas de exclusão ou resistência, ampliam o repertório da ação política no Brasil contemporâneo. Compreender esse fenômeno exige sensibilidade para enxergar a política não apenas nas instituições formais, mas nos modos cotidianos com que os sujeitos interpretam, contestam e recriam a realidade que os cerca (Cunha, 2018; Cabral; Almeida; Haag, 2023).

Ainda que tais dimensões simbólicas não sejam o foco direto desta pesquisa, elas compõem o pano de fundo de uma realidade social mais ampla, na qual se inscrevem formas plurais de participação política.

Ao observar essas formas plurais de participação, torna-se evidente que a política é vivida de maneiras distintas a depender dos contextos sociais, culturais e afetivos em que os indivíduos estão inseridos. E, esses repertórios, muitas vezes invisibilizados, revelam um exercício constante de interpretação, negociação e produção de sentido sobre o que é política e sobre o lugar de cada sujeito na vida pública. É nesse emaranhado de experiências que a democracia se faz — e também se tensiona — no cotidiano (Moises, 2010).

Diante dessa diversidade de formas de participação, torna-se indispensável repensar o que significa agir politicamente. A política não está apenas nos grandes atos públicos ou nos processos formais das instituições; ela se manifesta, com frequência, nos espaços cotidianos, nos silêncios, nas escolhas e nas resistências sutis. O comportamento político, compreendido de maneira ampliada, permite enxergar essas múltiplas expressões e reconhecê-las como parte fundamental do jogo democrático. Essa ampliação é especialmente relevante em contextos de desigualdade, como o brasileiro, onde o acesso aos meios tradicionais de representação é desigual e onde muitos sujeitos constroem



outras formas de expressão política, a partir de seus próprios repertórios e vivências (Borba, 2005; Moisés, 2010).

Nesse sentido, a noção de repertórios de ação política, tal como desenvolvida por Barnes e Kaase (1979)¹, é essencial para captar a variedade de estratégias que os indivíduos utilizam para se engajar politicamente, indo desde o voto e a filiação partidária até protestos, boicotes, ocupações e mobilizações virtuais. Esse referencial permite compreender que a ação política não é uniforme, mas moldada por experiências, crenças, estruturas sociais e oportunidades contextuais. Os sujeitos recorrem a diferentes meios de participação conforme seus recursos, trajetórias e percepções sobre a eficácia e legitimidade das formas disponíveis de ação (Borba, 2012; Borba, Gimenes, Ribeiro, 2015).

Complementarmente, o modelo do voluntarismo cívico, proposto por Schlozman, Verba e Brady (1995), oferece uma chave analítica importante para pensar a desigualdade na participação política. Segundo esse modelo, a decisão de participar depende da interação entre três elementos principais: recursos (tempo, dinheiro e habilidades cívicas), motivação (valores, interesse, senso de dever) e convites ou oportunidades. Assim, mesmo quando há disposição para o engajamento, a ausência de recursos ou de incentivos concretos pode limitar drasticamente o acesso às formas mais convencionais de participação. Em sociedades marcadas por profundas desigualdades, como o Brasil, isso significa que muitos indivíduos recorrem a estratégias alternativas, informais ou simbólicas para exercer sua cidadania e construir formas de pertencimento político, reafirmando que a democracia é vivida de modos plurais, nem sempre reconhecidos pelas medições tradicionais (Borba, 2012a; Gimenes, 2015).

4 CONCLUSÃO

Compreender a participação política no Brasil contemporâneo exige romper com os limites das abordagens tradicionais, que privilegiam as formas institucionais e formais de engajamento, como o voto e a filiação partidária. Ao longo deste artigo, buscou-se evidenciar que a política também se expressa de maneira intensa em práticas cotidianas, simbólicas, afetivas e culturais, muitas vezes invisibilizadas pelas análises clássicas da Ciência Política. Ao adotar uma abordagem teórica sensível às desigualdades sociais e às formas diversas de agência política, torna-se possível reconhecer sujeitos e repertórios que historicamente foram excluídos da narrativa dominante sobre a democracia.

O conceito de comportamento político, quando ampliado, permite enxergar que a cidadania se manifesta em múltiplas dimensões e que a democracia é construída, tensionada e reinventada em espaços diversos — nas redes sociais, nos grupos religiosos, nas associações comunitárias, nos coletivos culturais e até mesmo nos silêncios estratégicos de sujeitos que recusam as formas convencionais de participação. Essa diversidade de expressões revela que, para muitos grupos sociais, a política é vivida como resistência, cuidado, solidariedade e luta por reconhecimento.

Além disso, a análise dos repertórios de ação evidencia que o engajamento político está profundamente enraizado nas experiências concretas dos indivíduos, atravessadas

¹ Segundo Barnes e Kaase (1979), os indivíduos recorrem a múltiplas modalidades de participação política, combinando formas convencionais: como o voto, a atuação em partidos políticos e a participação em sindicatos, com ações não convencionais, tais como: assinatura de petições, participação em protestos, bloqueios de vias públicas, greves e práticas de cyberativismo. Além disso, práticas de engajamento comunitário, como a atuação em associações de bairro, grupos escolares, clubes e iniciativas locais para resolução de problemas coletivos, também integram esse repertório ampliado. Essas estratégias refletem a diversidade dos modos de agir politicamente e indicam que a escolha por determinado tipo de ação está relacionada ao contexto, aos recursos disponíveis e às oportunidades percebidas pelos sujeitos (Borba, Gimenes e Ribeiro, 2015).



por classe, raça, gênero, território e religião. Esses marcadores sociais não apenas condicionam as possibilidades de participação, mas também moldam os sentidos atribuídos à política, às instituições e à democracia. Reconhecer essa complexidade é essencial para pensar projetos políticos mais inclusivos, capazes de dialogar com as múltiplas formas de ser e agir politicamente.

Assim, ao propor uma leitura ampliada da participação política, este artigo contribui para o debate sobre os desafios e possibilidades da democracia brasileira. A valorização das práticas cotidianas e dos sujeitos historicamente marginalizados não apenas enriquece o campo analítico das Ciências Sociais, como também aponta caminhos para a construção de uma democracia mais sensível às pluralidades e mais aberta à escuta dos diferentes modos de viver o político. Em tempos de crise de representação e de ascenso de discursos autoritários, reafirmar a legitimidade dessas formas plurais de participação é também um gesto de defesa da própria democracia.

REFERÊNCIAS

ALFARO, Filipe Garcia Gonçalves de. Polarização política no Brasil e a influência (direta) das mídias sociais. **Derecho y Cambio Social**, v. 22, n. 79, p. 01-16, 2025. Disponível em: <<https://doi.org/10.54899/dcs.v22i79.156>>. Acesso em 27 mai. 2025.

BORBA, Julian. Cultura política, ideologia e comportamento eleitoral: alguns apontamentos teóricos sobre o caso brasileiro. **Opinião Pública**, v. 11, n.1, p. 147-168, 2005. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/op/a/xc5Wcx4nSrWK7DyPDbWBY7R/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 04 fev. 2025.

BORBA, Julian; GIMENES, Éder Rodrigo; RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. Participação e repertórios políticos: uma análise dos engajamentos múltiplos dos brasileiros na política. In: SCHERER-WARREN, Ilse; LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn (Orgs.). **Movimentos sociais e engajamento político: trajetórias e tendências analíticas**. Florianópolis: UFSC, 2015, p. 101-132.

CABRAL, Sara Regina Scotta; ALMEIDA, Lorenzo de; HAAG, Matheus Becker Marques. Estratégias do discurso político-religioso brasileiro no governo Bolsonaro. **Entrepalavras**, v. 15, n. 2, p. 1–24, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufc.br/entrepalavras/article/download/95276/251530/371373>>. Acesso em: 31 mar. 2025.

CUNHA, Christina Vital da. **Religiões, sentimentos públicos e as eleições 2018**. Fundação Heinrich Böll, 2018. Disponível em: <<https://br.boell.org/pt-br/2018/08/27/religioes-sentimentos-publicos-e-eleicoes-2018>>. Acesso em: 31 mar. 2025.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita. **Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, p. 621–647, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/se/a/5fFkpkX6YpzrjYpRsm9FFP>>. Acesso em: 10 abr. 2025.

MOISÉS, José Álvaro. **Democracia e confiança: por que os cidadãos desconfiam das instituições públicas?** São Paulo: USP, 2010. Disponível em:



<<https://www.scielo.br/j/op/a/xymhYmLZdKYkpmDbwqzj44S/?format=pdf&lang=pt>>.
Acesso em 06 abr. 2025

NOGUEIRA, Alexandre Silva. **A emergência de um campo de ativismo de direita no Brasil**: uma análise a partir do caso de Belo Horizonte-MG (2013–2019). 2022. 341 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/46991>>. Acesso em: 31 mar. 2025.

RIBEIRO, Ednaldo Aparecido. **Valores pós-materialistas e cultura política no Brasil**. 2008. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008. Disponível em: <<https://hdl.handle.net/1884/17740>>. Acesso em 06 mai. 2025.

ROCHA, Camila. Menos Marx, mais Mises: o liberalismo e a nova direita no Brasil. São Paulo: **Todavia**, 2021. Disponível em <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-19092019-174426/publico/2018_CamilaRocha_VOrig.pdf>. Acesso em 28 mar. 2025.

SILVA, Thiago Moreira da. **Para além de esquerda e direita**: a multidimensionalidade das crenças no Brasil contemporâneo (1989-2014). 2017. 182 f., il. Tese (Doutorado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/32005>>. Acesso em 06 abr. 2025.